



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



Fo

Fo

NOTAS EXPLICATIVAS

O presente modelo de Termo de Referência Projeto Básico procura fornecer uma base formal para a definição do objeto e condições da licitação e contratação. Contudo, este é o documento que mais terá variação de conteúdo, conforme órgão ou entidade pública e, principalmente, o objeto licitatório. Assim, a Administração não deve prender-se ao texto apresentado, competindo definir os pontos fundamentais do certame e da contratação, sempre de forma clara e objetiva.

Os itens deste modelo, destacados em vermelho itálico, devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública licitante, de acordo com as peculiaridades do objeto da licitação e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da licitação (minuta do Edital e minuta de Termo de Contrato, se for o caso), para que não conflitem.

Alguns itens receberão notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração do Termo de Referência Projeto Básico, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.

Supressão automática das notas explicativas: Clique no botão substituir no canto direito da guia início ou use o atalho Ctrl+U; clique em mais, para ampliar a caixa de diálogo, e depois em formatar, opção estilo. Na caixa de diálogo Localizar estilo encontre o estilo citação e o selecione, depois clique em OK para sair. Clique em substituir tudo. Faça isso apenas ao final, para elaborar a minuta seguindo as orientações.

Quando quiser localizar palavras posteriormente em qualquer documento, observe se abaixo do campo localizar consta a informação "Formato: Estilo: Citação". Em caso positivo, clique em Sem Formatação, na caixa de diálogo ampliada, para voltar às condições normais de pesquisa.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que dos modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.

MODELO-DE-TERMO-DE-REFERÊNCIA PROJETO BÁSICO PROJETO BÁSICO
PREGÃO-PRESENCIAL, ELETRÔNICO
(COMPRAS)

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
PREGÃO Nº/20...
(Processo Administrativo n.º)

1. DO OBJETO

Nota explicativa: Nos termos do art. 48, III da Lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverão ser destinados exclusivamente a ME/EPP/COOP beneficiadas pela LC n. 123/2006. Essas "cotas reservadas" deverão ser definidas em função de cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, em função do valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item (art. 9º, inciso I do Decreto n. 8.538, de 2015). O Termo de Referência Projeto Básico deverá identificar as cotas reservadas para ME/EPP, assim como os respectivos itens/grupos de origem, de onde foram desmembradas.

1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Fo

Fo

A fixação das cotas reservadas poderá ser justificadamente excepcionada nas hipóteses do art. 10, incisos I, II e IV do Decreto nº 8.538, de 2015, a saber: I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas [...] capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; (...) IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Considera-se "não vantajosa a contratação" quando: I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação do benefício (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 10, parágrafo único).

1.1. Aquisição de Kits (painéis de testes) para análises toxicológicas por técnica de imunoensaio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Fo

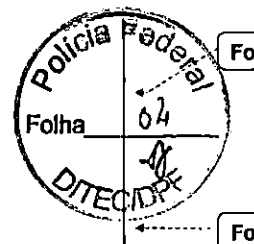
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
1	<p><u>Evidence Investigator Drugs of Abuse Array – Sangue Total (DOA I+ WB P)</u></p> <p><u>Cat. No. EV3751</u></p> <p>- Kit com 54 biochips contendo, cada um, 13 diferentes grupos de drogas de abuso a serem analisadas, a saber: Anfetamina, Barbitúricos, Benzodiazepínicos 1, Benzodiazepínicos 2, Buprenorfina, Canabinóides, Metabólito de cocaína (Benzoilecgonina), Metanfetamina, Metadona, MDMA, Opiáceos, Fenciclidina, Antidepressivos tricíclicos (TCAs Genéricos).</p> <p>- Apresentação do kit:</p> <p><u>54 Biochips x 13 testes por Biochip.</u></p> <p><u>1 Diluente de ensaio DOA WB P x 10 mL</u></p> <p><u>1 Conjugado DOA I WB P x 10 mL</u></p> <p><u>9 calibradores DOA I WB P x 1 mL</u></p> <p><u>1 Luminol-EV841 x 10 mL</u></p> <p><u>1 Peroxidase x 10 mL</u></p> <p><u>1 Diluente da amostra x 10 mL</u></p> <p><u>1 Tampão de lavagem Concentrado x 32 mL</u></p> <p><u>Cd de calibração e Código de Barras.</u></p>	7	unidade

Fo

11



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



2	<p><u>Evidence Investigator Drugs of Abuse Array – Urina (DOA I+ URN)</u></p> <p><u>Cat. No. EV3746</u></p> <p>Kit com 54 biochips contendo, cada um, 13 diferentes grupos de drogas de abuso a serem analisadas, a saber: Anfetamina, Barbitúricos, Benzodiazepínicos 1, Benzodiazepínicos 2, Buprenorfina, Canabinóides, Metabólito de cocaína (Benzoilecgonina), Metanfetamina, Metadona, MDMA, Opiáceos, Fenciclidina, Antidepressivos tricíclicos (TCAs Genéricos).</p> <p><u>Creatinina, como marcador de diluição para urina</u></p> <p><u>- Apresentação do kit:</u></p> <p><u>54 Biochips x 13 testes por Biochip,</u></p> <p><u>1 Diluente de ensaio DOA WB P x 12 mL</u></p> <p><u>1 Conjugado DOA I WB P x 10 mL</u></p> <p><u>9 calibradores DOA I WB P x 1 mL</u></p> <p><u>1 Luminol-EV841 x 10 mL</u></p> <p><u>1 Peroxidase x 10 mL</u></p> <p><u>1 Diluente da amostra x 10 mL</u></p> <p><u>1 Tampão de lavagem Concentrado x 32 mL</u></p> <p><u>Cd de calibração e Código de Barras.</u></p>	7	unidade
3	<p><u>Evidence Drugs of Abuse Array +1 Controles – Sangue total</u></p> <p><u>Cat. No. EV3750</u></p> <p><u>- Apresentação: 4 x 2 x 1 ml Multiparâmetros</u></p>	2	unidade
4	<p><u>Evidence Drugs of Abuse Array +1 Controles – Urina</u></p> <p><u>Cat. No. EV3745</u></p> <p><u>- Apresentação: 4 x 2 x 1 ml Multiparâmetros</u></p>	2	unidade
5	<p><u>Evidence Investigator Drugs of Abuse Array V – Sangue Total (DOA V WB)</u></p> <p><u>Cat. No. EV3846</u></p> <p>- Kit com 54 biochips contendo, cada um, 11 diferentes grupos de drogas de abuso a serem analisadas, a saber:</p> <p><u>Sais de Banho 1 (MDPV), Sais de Banho 2 (Metcatinona e Mefedrona), Benzilpiperazinas, Mescalina, Fenilpiperazinas 1, Fenilpiperazinas 2, Salvinorina, Canabinóides Sintéticos 1, Canabinóides Sintéticos 2, Canabinóides Sintéticos 3, Canabinóides Sintéticos 4.</u></p> <p><u>- Apresentação do kit:</u></p> <p><u>54 Biochips x 13 testes por Biochip,</u></p> <p><u>1 Diluente de ensaio DOA WB P x 10 mL</u></p>	2	unidade

W



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Fo

Fo

	<u>1 Conjugado DOA I WB P x 10 mL</u> <u>9 calibradores DOA I WB P x 1 mL</u> <u>1 Luminol-EV841 x 10 mL</u> <u>1 Peroxidase x 10 mL</u> <u>1 Diluente da amostra x 10 mL</u> <u>1 Tampão de lavagem Concentrado x 32 mL</u> <u>Cd de calibração e Código de Barras.</u>		
<u>6</u>	<u>Evidence Investigator Drugs of Abuse Array V – Urina (DOA V URN)</u> <u>Cat. No. EV3813</u> <u>- Kit com 54 biochips contendo, cada um, 11 diferentes grupos de drogas de abuso a serem analisadas, a saber:</u> <u>Sais de Banho 1 (MDPV), Sais de Banho 2 (Metcatinona e Mefedrona), Benzilpiperazinas, Mescalina, Fenilpiperazinas 1, Fenilpiperazinas 2, Salvivorina, Canabinóides Sintéticos 1, Canabinóides Sintéticos 2, Canabinóides Sintéticos 3, Canabinóides Sintéticos 4.</u> <u>Creatinina, como marcador de diluição.</u> <u>- Apresentação do kit:</u> <u>54 Biochips x 13 testes por Biochip.</u> <u>1 Diluente de ensaio DOA WB P x 12 mL</u> <u>1 Conjugado DOA I WB P x 10 mL</u> <u>9 calibradores DOA I WB P x 1 mL</u> <u>1 Luminol-EV841 x 10 mL</u> <u>1 Peroxidase x 10 mL</u> <u>1 Diluente da amostra x 10 mL</u> <u>1 Tampão de lavagem Concentrado x 32 mL</u> <u>Cd de calibração e Código de Barras.</u>	<u>2</u>	<u>unidade</u>
<u>7</u>	<u>Evidence Drugs of Abuse Array +1 Controles – Sangue total</u> <u>Cat. No. EV3848</u> <u>- Apresentação: 4 x 2 x 1 ml Multiparâmetros</u>	<u>1</u>	<u>unidade</u>
<u>8</u>	<u>Evidence Drugs of Abuse Array +1 Controles – Urina</u> <u>Cat. No. EV3814</u> <u>- Apresentação: 4 x 2 x 1 ml Multiparâmetros</u>	<u>1</u>	<u>unidade</u>

Fo

1.2. O benefício que trata o Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015 não se aplica conforme art 10º, inciso III, do referido decreto.

Fo

Fo

Pri

Esq

Não

Ali

em

Fo

Fo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



1.1. ~~Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

1.2. ~~Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

1.3. ~~Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 7º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

Nota explicativa: A previsão de prioridade de aquisição das cotas reservadas deverá ser incluída quando houver a possibilidade de entrega parcelada. A decisão pela inviabilidade de aquisição preferencial da cota reservada deverá ser justificada caso a caso pela Administração, em função dos quantitativos mínimos e máximos de demanda, definidos no Termo de Referência Projeto Básico.

Nota Explicativa – Aquisição de gêneros alimentícios: O Decreto n. 8.473, de 2015, estabelece que, a partir de 1º de Janeiro de 2016, do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. As situações de exceção deverão ser justificadas na forma do art. 2º do referido Decreto.

Nota explicativa: Quando houver a previsão de entregas parceladas, o Termo de Referência Projeto Básico deverá indicar os quantitativos mínimos por demanda, a fim de permitir a adequada cotação dos custos de logística por parte das licitantes.

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa; o órgão ou entidade deve elaborá-la da forma que melhor aprouver ao certame licitatório.

Valores: A divulgação do limite máximo aceitável do preço no edital ou anexos, é medida prevista no art. 40, X e 48, II da Lei n. 8.666, 1993, condizente com os princípios da publicidade, transparência, contraditório e isonomia (arts. 5º, caput e LV, e 37, caput, da Constituição Federal; art. 3º, e 44, §1º, da Lei 8.666, de 1993 e art. 2º da Lei 9.784, de 1999), já que os licitantes podem ter as propostas recusadas quando superiores aos valores máximos ou quando incompatíveis com os valores estimados (nesse sentido: TCU, Ac n. 137/2010-1ª Câmara: "...m) em atenção ao disposto no art. 40, inc. X, da Lei nº 8.666/1993, defina expressamente critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, desclassificando as propostas cujos valores estejam acima dos respectivos limites previamente estabelecidos;").

10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Fo

Fo

Pesquisa Preços: A IN SLTI n. 05, de 27 de junho de 2014, dispõe sobre o procedimento administrativo destinado a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, segundo a qual, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores (art. 2º, §5º).

Descrição: Esclarecido esse ponto, a recomendação mais importante é descrever detalhadamente o objeto a ser contratado, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962.

Marca: É vedada a indicação de marca, características ou especificações exclusivas. Excepcionalmente, esta poderá ocorrer, desde que justificada tecnicamente no processo.

Sobre similaridade: “É ilegal a indicação de marcas, salvo quando devidamente justificada por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993. Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração. Pode a Administração inserir em seus editais cláusula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital.” Acórdão 2300/2007 Plenário, TCU.

Padronização: Deve a Administração, ainda, observar o princípio da padronização que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

Parcelamento: A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

No mesmo sentido, e especificamente para compras, o § 7º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, aplicável subsidiariamente ao pregão (art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002), prevê a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

Sustentabilidade: Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



Fo

Fo

Uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto, deve ser prevista a forma de comprovação de seu respectivo cumprimento na fase de aceitação da proposta, por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências (§ 1º do art. 5º da citada Instrução Normativa).

Lembrar que referida IN n. 01/2010 determina no art. 7º, §1º que se verifique a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos, que integra o Portal Comprasnet, conforme art. 9º.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Projeto Básico tem por objeto o fornecimento de Kits (painéis de testes) por técnica de imunoensaio com determinação semiquantitativa a serem utilizados no analisador automático de bioship *Evidence Investigator Immunoassay System* – Analisador Thermoshaker, da Empresa Randox do Brasil, conforme especificações apresentadas neste Projeto Básico, com o objetivo de emprego nas análises toxicológicas desenvolvidas neste SEPLAB/DPER/INC/ DITEC/DPF.

Fo
Es
lin

2.2. A aplicação de imunoensaios na detecção de substâncias psicoativas é tradicional e reconhecida no meio científico-forense como técnica de *screening* eficaz e robusta. Diferentes matrizes biológicas são empregadas por essa técnica, destacando-se urina e sangue. A área de toxicologia do SEPLAB/DPER/INC/DITEC carece de um exame de triagem, o qual possa direcionar os exames posteriores definitivos e tornar a marcha analítica mais célere e sensível.

Fo

2.3. Os Kits descritos neste Projeto Básico são de uso exclusivo do equipamento de imunoensaio *Evidence Investigator Immunoassay System*, adquirido pelo SEPLAB sob forma de comodato, com custo nulo ao Departamento de Polícia Federal. A tecnologia do Biochip foi desenvolvida pela empresa Randox e não tem similares no mercado.

2.4. Os Kits em questão atendem às necessidades imediatas da toxicologia do SEPLAB, inclusive na análise preliminar das Novas Substâncias Psicoativas, (NSP), em crescente demanda na Polícia Federal. Os Kits podem ser usados tanto em amostras biológicas como também em amostras brutas, como já verificado pelos peritos nos testes de demonstração feitos pela empresa nas dependências do laboratório. Em casos de impossibilidade de segunda técnica analítica ou falta de material de referência, os Kits de imunoensaio pela técnica de Bioship se mostraram adequados em amostras brutas, principalmente no caso de drogas de desenho, NSP, desafio constante à perícia. Trata-se, portanto, de uma metodologia multiusuário, que atende não somente à toxicologia, mas, eventualmente, também à perícia química de um modo geral.

2.5. A área de toxicologia do SEPLAB/INC está se estruturando a fim de ter condições ideais de atendimento às demandas, com serviços de qualidade e excelência, e com o intuito de se tornar um centro de treinamento e ensino a outros órgãos forenses. A aquisição destes Kits é parte desta estruturação. Acredita-se numa demanda reprimida, devido à inexistência de uma estrutura formal e certificada, tanto na Perícia da Polícia Federal quanto no restante dos centros forense do país. Atualmente (janeiro de 2016) o SEPLAB está há meses com duas pendências na área de toxicologia com status "aguardando disponibilidade de meios", além de solicitações por auxílio vindos do judiciário e da esfera estadual.

Fo

W



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Fo

Fo

2.6. A área de toxicologia do SEPLAB/INC está se estruturando a fim de ter condições ideais de atendimento às demandas, com serviços de qualidade e excelência, e com o intuito de se tornar um centro de treinamento e ensino a outros órgãos forenses. A aquisição destes Kits é parte desta estruturação. Acredita-se numa demanda reprimida, devido à inexistência de uma estrutura formal e certificada, tanto na Perícia da Polícia Federal quanto no restante dos centros forense do país. Atualmente (maio de 2016) o SEPLAB está há meses com duas pendências na área de toxicologia com status "aguardando disponibilidade de meios", além de solicitações por auxílio vindos do judiciário e da esfera estadual.

2.7. Uma vez que o Kit DOA V URN pode ser utilizado na análise de materiais brutos a fim de se verificar a presença de NSPs, e considerando que a NSP proscrita salvivorina é atualmente uma substância que carece de segunda técnica no SEPLAB (essencial para interpretação e conclusão inequívoca) e da qual não dispomos de material de referência, seria possível atender tais demandas pela utilização deste kit. De acordo com pesquisas no Siscri, no ano de 2015 houve aproximadamente 50 solicitações de perícia em materiais suspeitos de se tratarem de Sálvia.

2.8. Os quantitativos demandados no presente processo se pautaram no histórico de exames toxicológicos, de Sálvia e NSPs realizados no SEPLAB/DPER/INC/DITEC nos últimos anos. Além de incluir uma estimativa da demanda reprimida de análises toxicológicas não realizadas por falta de condições técnicas.

Fo

Fo

Fo

2.1.

Nota Explicativa: A Administração deverá observar o disposto no Art. 15, §7º, II, da Lei nº 8.666/93, justificando as quantidades a serem adquiridas em função do consumo do órgão e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: consumo do exercício anterior, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, implantação de setor, acréscimo de atividades, etc). Portanto, deve contemplar:

Fo

Es

- a) a razão da necessidade da aquisição;
- b) as especificações técnicas dos bens; e
- c) o quantitativo de serviço demandado.

A justificativa, em regra, deve ser apresentada pelo setor requisitante. Quando o objeto possuir características técnicas especializadas, deve o órgão requisitante solicitar à unidade técnica competente a definição das suas especificações, e, se for o caso, do quantitativo a ser adquirido.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, sendo de comercialização acessível através de mercado específico de material laboratorial e indústria química.

Fo

14



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



Nota explicativa: Deve a Administração definir se natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Nota explicativa: Este item deve ser adaptado de acordo com as necessidades específicas do órgão ou entidade, apresentando-se, este modelo, de forma meramente exemplificativa.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho, em remessa única (~~única ou parcelada~~), no seguinte endereço: Área de Material/SELOG/DITEC/DPF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística, no SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília - DF, tel. (61) 2024.9356, no horário de 09:00 as 11:30 e 14:00 as 17:00 horas.

Nota explicativa: em caso de remessa parcelada, discriminar as respectivas parcelas, prazos e condições.

4.2. O prazo de validade dos kits na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) (~~dias ou meses ou anos~~), ou a (~~metade, um terço, dois terços, etc.~~) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência Projeto Básico e na proposta.

Nota explicativa: Nos termos do art. 74 da Lei nº 8.666, de 1993, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. Juntamente com os materiais objetos desse Projeto Básico, deve ser entregue um equipamento de imunoensaio em comodato no mesmo endereço descrito no item 4.1, compatível com os kits fornecidos.

4.8. O recolhimento do equipamento de imunoensaio em comodato ao final do contrato é de responsabilidade da empresa contratada, sem custos para a contratante.

4.6-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Fo

Fo

Fo

Es

Fo

pt,

1,3

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

~~5.2.~~

Fo

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

~~6.1.2.~~

Nota Explicativa: As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Edital. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

~~6.1.2.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;~~

~~6.1.3.~~ 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

~~6.1.4.~~ 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

Fo

Es

Fo

pt,

1,3

Fo

Fo

Fo

Fo

Es

Fo

pt,

1,3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



6.1.5.6.1.4. _____ comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6.6.1.5. _____ manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. _____ indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7. _____ responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do equipamento em comodato, que inclui, sem qualquer ônus para a contratante, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração, e assessoria científica;

6.1.8. _____ prover treinamento da equipe de usuários, como acima previsto, em quantidade e frequência suficientes, de modo a capacitar os profissionais envolvidos na utilização do equipamento disponibilizado em comodato;

6.1.9. _____ atender aos chamados técnicos para manutenção corretiva do equipamento, apresentando o planejamento para visita do técnico para solução do defeito apresentado. O prazo máximo para a solução dos problemas e restabelecimento do funcionamento do equipamento é de 15 (quinze) dias úteis;

6.1.10. _____ substituir o equipamento inoperante em caso de defeito, por outro, de mesma característica, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, de modo a minimizar a interferência na rotina do contratante.

6.1.11. _____ realizar manutenção preventiva no equipamento conforme periodicidade recomendada pelo fabricante.

6.1.12. _____ responder por todos os custos relacionados à troca de peças no equipamento, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica ou imperícia no uso.

6.1.7.6.1.13. _____ responsabilizar-se pelas providências administrativas e pelos pagamentos de frete, seguro, eventuais autorizações para trânsito do equipamento, bem como, pelo cumprimento de toda legislação geral e específica de transporte para o item transportado.

Nota Explicativa: As cláusulas acima elencadas são as mínimas necessárias. As peculiaridades da contratação podem recomendar a adoção de outras obrigações.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório contratado.

Nota Explicativa: Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Fo

Fo

rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

ou

7.1. ~~É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de XX% e XX%, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

Fo
pt,
1,2

7.1.1. ~~É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.~~

7.1.2. ~~...~~

7.1.3. ~~...~~

Nota explicativa: A subcontratação parcial NÃO é obrigatória e deverá ser analisada pelo Administrador em cada caso concreto. Caso admitida, o edital deve estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas e identificando a parcela principal da obrigação que não poderá ser objeto de sub-rogação, conforme o caso. É importante verificar que são vedadas (i) a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas; (ii) a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório; (iii) a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e (iv) a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

Fo
Es

7.1. ~~As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;~~

Fo
pt,
1,2

7.1. ~~São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:~~

7.1.1. ~~apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;~~

7.1.2. ~~substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;~~

7.2. ~~Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

7.3. ~~Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.~~



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

Nota explicativa: A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. multa moratória de 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Nota explicativa: A Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual o prazo limite para a mora da contratada, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil para o órgão e enseja a rescisão do contrato. Lembre-se que esse modelo é apenas uma sugestão; é possível escalonar as multas conforme os dias de atraso, por exemplo.

10.3.1. multa compensatória de 0,4 % (quatro décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

④



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA



10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.7.

Município Brasília, 19 de maio de 2016

ELVIO DIAS BOTELHO
Perito Criminal Federal
Classe Especial - Matrícula 9.513
Chefe do SEPLAB DPER/INC/DITEC/DPF

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Aprovo este Projeto Básico Projeto Básico para aquisição de
Kits para análises toxicológicas por técnica de imunoensaio
em de maio de 2016

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico

Nota explicativa: O ~~Termo de Referência~~ Projeto Básico deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, nos termos do art. 9º, §1º do Decreto n. 5.450/2005, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.